

IMPACTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS

IMPACTS OF THE NEW CORONA VIRUS ON THE FUEL SECTOR

SANTOS JÚNIOR. Arnaldo Martins dos¹

SANTOS. Alberto dos²

RESUMO

O mundo foi assolado pela crise em saúde pública provocada pelo novo coronavírus. Com esta crise foram desencadeadas diversas consequências e grandes impactos no mundo. No campo econômico o isolamento social promovido pelos governos com intuito de diminuir a disseminação da COVID-19 provocou grande abalo em diversos setores, dentre eles o de combustível. A cadeia produtiva do mercado de combustíveis sofreu grande impacto, principalmente em razão do reduzido número de circulação de pessoas afetando diretamente o setor de transporte. Diante dessas características observou-se os efeitos proporcionados pela alta de preços e a desvalorização da moeda, levando a economia nacional em descompasso com o cotidiano da sociedade, bem como com o discurso de governo. O Estado por sua vez deve agir, de modo que estabeleça possíveis mecanismos de controle da inflação para que o mercado de combustível possa se recuperar no mercado.

Palavras-chave: Combustível, inflação, Política Monetária, Juros, Banco Central.

Graduando em (nome do curso) da Universidade de Santo Amaro. E-mail do aluno.

² Professor orientador: Titulação, Nome da universidade – SP, E-mail orientador

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade de Santo Amaro-SP. E-mail: arnaldo.marsan@gmail.com

² Professor orientador: Mestre em Administração de Empresas, Universidade de Santo Amaro-SP. E-mail: aldsantos@unisa.br

ABSTRACT

The world has been ravaged by the public health crisis caused by the new coronavirus. With this crisis, several consequences and major impacts were triggered in the world. In the economic field, the social isolation promoted by governments in order to reduce the spread of COVID-19 caused a great shock in several sectors, including fuel. The production chain of the fuel market suffered a great impact, mainly due to the reduced number of people moving directly affecting the transport sector. In view of these characteristics, the effects provided by the rise in prices and the devaluation of the currency were observed, leading the national economy to be out of step with the daily life of society, as well as with the government's discourse. The State, in turn, must act in order to establish possible mechanisms to control inflation so that the fuel market can recover in the market.

Keywords: Fuel, inflation, Monetary Policy, Interest, Central Bank.

1. INTRODUÇÃO

Diante das influências geradas pelo novo coronavírus que se multiplicaram pelo mundo, o mercado energético teve consequências avassaladoras, uma vez que o setor de combustível foi profundamente impactado.

A pandemia do COVID-19 trouxe consequências negativas para o comércio de energia, em especial, o mercado de combustíveis, onde trouxe impactos graves, uma vez que no impedimento da circulação das pessoas e de mercadorias por força do isolamento social, os serviços de transporte caíram abruptamente.

Deste modo, a visão para o futuro do mercado petrolífero depende diretamente da agilidade com que o Estado, através de seus governantes, combatem a pandemia, do sucesso das medidas a serem tomadas, bem como da influência que a crise global da saúde terá sobre a economia.

Por essa razão é que o país deve olhar para as ferramentas econômicas que a legislação disponibiliza, de modo a aplicar a política adequada, como a monetária e a fiscal, para minimizar os danos e as sequelas causadas pelo novo coronavírus no setor de combustíveis.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Conjuntura Econômica

A sociedade mundial foi assolada por medidas impostas pelos governos locais, como por exemplo o isolamento social para diminuição da disseminação da COVID-19, que afetou de forma robusta a economia global (GERALDES, 2021).

Em virtude das medidas de isolamento social impostas para redução do contágio do novo coronavírus, o setor de combustíveis foi severamente afetado, principalmente por sua estreita relação com o transporte.

Assim, em razão de algumas particularidades do setor energético, os impactos decorrentes da pandemia podem ser mais intensos.

2.2 Cenário Externo Econômico

A atuação dos bancos centrais durante crises econômicas é bastante conhecida pelas sociedades e pelos governos, de modo que realizam medidas estratégicas para uma recuperação econômica satisfatória.

Contudo, de acordo com Campos (2021), uma crise desencadeada pelos eventos mercadológicos ocasionado pela pandemia do novo coronavírus pode ser vastamente mais duradoura e de difícil recuperação, como no caso de setores que simplesmente deixarão de existir ou que não serão mais viáveis economicamente.

Há hoje uma crescente demanda para que os bancos centrais possam substituir as intervenções governamentais de modo a resolver os problemas relacionados à economia. Esse tipo de proposta é mais uma forma de atribuir novas competências aos bancos centrais, através de uma atuação mais voltada às políticas fiscais (CAMPOS, 2021).

As atuações e competências dos bancos centrais, durante sua evolução histórica, foram sendo incrementadas pelo papel central das autoridades monetárias, pois as autoridades monetárias não são eleitas pelo voto popular e não devem substituir os fóruns já existentes de debates da sociedade civil e de órgãos do governo, também não possuem competência para liderar as discussões de política fiscal, transportes, industrial, agricultura entre outras (CAMPOS, 2021).

No entanto, no papel de assegurar a solidez e estabilidade do sistema financeiro, e sem se sobrepor ao papel de legislador, o banco central é obrigado a desempenhar um papel mais proativo e, portanto, como ponto de coordenação das diversas mudanças que interagem com o sistema financeiro.

Com a necessidade de tais esforços coordenados, as autoridades monetárias não estão inferindo suas atribuições, mas justamente buscando preservar seus objetivos. Nesse sentido, os bancos centrais possuem o poder dever de propor novas políticas e ações aos legisladores e órgãos governamentais, bem como ao setor privado, levando em consideração pelo menos três elementos-chave essenciais em busca da estabilidade financeira: riscos, o horizonte de tempo e a resiliência do sistema.

2.3 Cenário Interno Econômico

2.3.1 Comitê de Política Monetária–Copom

Conforme dispõe o Banco Central do Brasil, autarquia *sui generis*, criada pela Lei nº 4.595/1964 (BRASIL, 1964), o Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic.

A discussão da comissão visa fundamentar suas decisões, através de apresentações técnicas sobre temas de evolução e novas perspectivas da economia nacional e inclusive mundial, bem como condições de liquidez e do mercado, tomando a decisão com base na avaliação do cenário macroeconômico e os principais riscos associados. Deste modo, o COPOM se ampara em um grande compêndio de informações para que suas decisões sejam devidamente justificadas e embasadas por técnica.

De rigor, o objetivo das reuniões e deliberações do Comitê de Política Monetária é de que a inflação medida pelo IPCA se aplique, conforme meta definida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Conforme ensina Alexandre Schwartzman, o COPOM avalia o comportamento da economia para inferir a trajetória esperada da inflação e calibrar a taxa de juros para corrigir possíveis desvios, tanto para cima como para baixo da meta.

2.3.2 Composição do Produto Interno Bruto – PIB

Segundo a doutrina Economia e Mercado, o organizador Cleyton Izidoro ensina que o crescimento de um país é medido em produção, sendo esta, composta por vários produtos ou serviços. De modo que há inviabilidade em somar produtos diferentes como cadernos e tratores, bem como serviços tipo cabeleireiro e atendimento odontológico, a fim de obter um único resultado (único indicador), criou-se o conceito de produto.

Assim, concluiu que para avaliar o crescimento do país, calcula-se o produto.

Diante desta definição, podemos conceituar o Produto Interno Bruto - PIB, como o agregado econômico que indica a soma dos valores de todos os bens produzidos dentro das fronteiras de um país, segundo Ferreira (2019).

O PIB é, portanto, o termômetro da economia de um Estado, quanto maior a produção de produtos e de serviços em comparação com o ano anterior, considera-se que houve um crescimento da atividade econômica.

2.3.3 Política monetária e fiscal – Banco Central

A política monetária consiste no ajuste e no controle dos níveis de liquidez das moedas do país, permitindo maior ou menor circulação dela na economia, conforme dispõe Ferreira (2019). Diante deste conceito que o Banco Central do Brasil se baseia nas ações de política monetária para manter a inflação sob controle, ou seja, ao redor da meta, conforme estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Com a política monetária sendo aplicada, gerando em regra a estabilidade dos preços praticados no mercado, o valor da moeda é preservado, logo o poder de compra da população se mantém.

Já a política fiscal, segundo o mesmo autor, é um instrumento da política econômica que baliza a interferências dos governos na realização de ajustes na arrecadação (política tributária) e nos gastos do Estado (política de gastos), como forma de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Por esta característica mais invasiva no cotidiano é o instrumento econômico mais conhecido pela sociedade, pois é a política fiscal que gera impactos mais evidentes, uma vez que interage com a renda dos entes federativos, quanto no volume de políticas públicas que o Estado colocará a disposição a seus administrados.

2.3.4 Índice de Inflação (IPCA) e a Taxa de Juros – Selic

Por inflação, entende-se como um aumento generalizado dos preços na economia, sendo causada principalmente pela rápida velocidade de expansão monetária. Para Jobson Monteiro de Souza, inflação é o aumento contínuo e generalizado dos preços dos bens e serviços em uma economia.

Logo, diante das definições acima podemos concluir que não basta que o preço de determinado produto ou serviço suba isoladamente, para que seja caracterizada a inflação o aumento dos preços deve ser geral, ou seja em todos os produtos e serviços.

Para que seja possível mensurar a inflação, ou seja, o aumento generalizado dos preços, são definidos índices de preços que utilizam como base a média de dos preços praticados no mercado, reduzindo em apenas um número, sendo este indicador (IPCA) utilizado pelo Banco Central para que a inflação anual fique dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

A taxa Selic é a sigla para **Sistema Especial de Liquidação e Custódia**, é a taxa de juros básica da economia, cuja referência é definida pelo Comitê de Política Monetária – COPOM. É através da taxa Selic que os bancos e financeiras usam como base de cálculo as suas próprias taxas.

Sendo a Selic a taxa básica de juros referência para as demais aplicações é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação, influenciando, em regra, em todas as taxas de juros praticadas no mercado do país, por meio da média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, segundo dados do próprio Banco Central.

3. METODOLOGIA

Identificou-se que o método aplicado à investigação na pesquisa realizada neste trabalho, partiu da análise de dispositivos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a leitura de doutrina, artigos, monografias e sites oficiais disponíveis em meio eletrônico, valendo-se assim do processo metodológico de revisão bibliográfica e de artigos científicos para assim expor quanto ao tema escolhido.

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo conhecer as diversas contribuições científicas disponíveis sobre o tema estudado, dando suporte em todas as etapas de

qualquer pesquisa, auxiliando na definição da problemática, dos objetivos e até mesmo na fundamentação da justificativa da escolha do tema. De acordo com Sousa *et al* (2021), a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO - IMPACTOS NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS

Conforme se observa, o contexto econômico é formado por diferentes atores, cada qual na sua respectiva área de competência que formam o sistema econômico nacional e que interagem sobremaneira com os aspectos mercadológicos, sociais e políticos..

Para fins de discussão referente ao impacto da pandemia no preço dos combustíveis, os conceitos e disposições realizadas nos tópicos anteriores devem ser utilizadas.

Com observância à variação da demanda de combustíveis durante o período de distanciamento e isolamento social, proporcionados pela pandemia do novo coronavírus, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indicam queda nas vendas de QAV (-85%), gasolina C (-29%), e óleo diesel B (-14%) realizadas no mês de abril de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019. Por outro lado, as vendas de GLP aumentaram 4% no mesmo mês (ANP, 2020).

Em relação a comercialização do etanol hidratado, em abril diminuiu 37%, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apontam que a comercialização de etanol hidratado diminuiu 37% em abril .

Todavia, não há certezas quanto à variação da demanda desses combustíveis nos próximos meses, a depender dos desdobramentos do quadro do novo coronavírus no Brasil.

Para analisar os impactos da pandemia do novo coronavírus no mercado brasileiro de combustíveis entre 2020 e 2022, utilizou-se uma metodologia realizada pela Empresa de Pesquisa Energética, que baseou na análise das seguintes variáveis:

- i) período de isolamento e distanciamento social;

- ii) variação da demanda do combustível durante esse período, comparativamente ao mesmo mês de 2019; e
- iii) comportamento do consumo doméstico de combustíveis após o encerramento do período de distanciamento social.

A variável inicial considera um retorno da sociedade às atividades produtivas ao longo de 2020, no começo da pandemia. A duração do período de distanciamento social, com os seus efeitos sendo diminuídos em um período relativamente curto, não ocasionando grande mudança nos dia a dia da população. Estimam-se comportamentos distintos para cada um dos combustíveis, em que os volumes mensais comercializados destes produtos retornarão gradualmente ao longo de 2020 e 2021 aos valores realizados em 2019.

O segundo cenário assume um período de distanciamento social mais longo, com a retomada das atividades econômicas no segundo semestre de 2020, considerando uma dinâmica mais lenta na diminuição dos casos de Covid-19 no Brasil em comparação ao observado em outros países.

Verifica-se que houve um aumento progressivo da circulação de pessoas no segundo semestre de 2020, com o regresso às atividades laborais e o retorno do comércio, além da alteração no comportamento e do cotidiano da sociedade brasileira, bem como a aplicação de novas tendências como o teletrabalho (home office) e, comércio digital.

Essa nova forma de encarar os desafios do cotidiano possuem grande potencial de afetar de forma significativa as demandas dos combustíveis, uma vez que o consumo está diretamente relacionado com o transporte de passageiros.

Todavia, ao analisarmos o contexto apresentado, observamos que o combustível que mais houve retração foram aqueles veículos que dependem do transporte de pessoas, pois quando analisamos a necessidade do transporte de bens e mercadorias há menor retração.

Nesta análise, fica claro que o principal fator que poderá gerar influência no mercado de combustíveis é o comportamental, pois com a redução do deslocamento para as atividades laborais, diminuição do consumo familiar e ainda um grande aumento no mercado digital, bem como de entregas domiciliares, demonstram com clareza que a mudança do modo de viver da população afeta, sobremaneira o mercado de combustíveis.

A pandemia do novo coronavírus exerceu grande efeito na demanda dos combustíveis, sendo observado este impacto durante toda cadeia de mercado.

A diminuição da procura do produto energético, primeiramente é verificada em sua própria comercialização (revenda), afetando toda cadeia produtiva, como distribuidoras, transportadoras, importadores e refinarias.

Em consequência, essa realidade implica diretamente na diminuição do volume comercializado e como resultado a perda de receitas, aumento dos estoques por um período e, por fim, a necessidade de reduzir as despesas operacionais.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Cronograma de Atividades	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
Leitura do Referencial Teórico	X	X		
Análise de dados e informações			X	
Elaboração da Fundamentação Teórica			X	
Elaboração de Resultado e Discussões				X
Elaboração das Considerações Finais				X

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 se revelou bastante desafiadora para o mercado de combustíveis. Embora ainda seja precoce para visualizar suas consequências mais severas, foi possível observar quais as ameaças que desafiam o setor.

A ação dos governos em tornar medidas de isolamento social como forma de minimizar a disseminação do novo coronavírus, impactou diretamente no mercado de combustíveis em toda sua cadeia produtiva.

Foi possível traçar alguns cenários definidos pelo tempo e pela dinâmica do isolamento social, porém não é possível retirar conclusões sobre os reais impactos no médio e também no longo prazo, trazidas pela pandemia de COVID-19, sendo notório que o modo, o tempo e a intensidade das medidas impostas, determinará o comportamento da cadeia de produção do setor de combustíveis.

É evidente que o Estado deverá promover adequações de curto prazo principalmente neste setor energético que foi duramente impactado, sendo que tal política se justifica no mercado como também na sociedade.

Numa análise ampla, de acordo com os cenários apresentados em razão principalmente da oferta e da demanda, o preço do petróleo deve demorar para recuperar seus índices antes da crise em saúde, sendo que as deliberações face aos investimentos, gestão empresarial e política de recuperação energética devem ser os atores principais neste restabelecimento econômico.

Tais medidas que devem ser realizadas pelo governo, interagem diretamente com o crescimento e desenvolvimento econômico, pois a composição dos preços geridos pelo mercado de combustíveis, como insumos na produção de outros bens e serviços, geram consequências diretas ao longo de toda cadeia produtiva e de distribuição.

Isso se dá em razão da pouca sensibilidade à demanda e a oferta, uma vez que a alteração é mínima quando se provoca incentivos através de política econômica, tanto de efeito negativo como de efeito positivo. Deste modo, o montante de preços não respondem a variação da taxa de juros, logo a política monetária a ser implementada deve ter como objetivo a diminuição da velocidade da economia, controlando a circulação de dinheiro e a inflação, política esta que o Banco Central deve utilizar para aumentar o juros.

Deste modo, entende-se que diante de um cenário de incertezas sobre a COVID-19 e a retomada gradual da economia, a taxa de juros básica não possui eficiência para combater a inflação. Todavia, diante destes cenários e conclusões, acredita-se que a política monetária contracionista poderá reprimir a escalada da inflação. Deste modo, o aumento dos juros não atuaria diretamente sobre a causa

que originou a aceleração da inflação e conseqüentemente o aumento dos combustíveis, mas sim na redução dos efeitos de conflitos de custo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Rafael Isac. **Mudanças climáticas e estabilidade financeira : incertezas, riscos e o papel dos bancos centrais**. 2021. 79 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41228>. Acesso em 05 de março de 2022.

GERALDES, Pedro António Ribeiro. **Auditoria e acontecimentos subsequentes**. 2021. Tese de Doutorado. Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: encurtador.com.br/zTX18. Acesso em 05 de março de 2022.

LOSEKANN, Luciano Dias et al. **Impactos da crise sanitária da COVID-19 nos mercados de energia do Brasil**. *Econômica*, v. 22, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/43322/27328>. Acesso em 05 de março de 2022.

SOUSA, Angélica Silva et al. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em 05 de março de 2022.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 31 jan. 1965. Disponível em: encurtador.com.br/euJQV. Acesso em 03 de março de 2022.

Banco Central do Brasil. **Comitê de Política Monetária (Copom)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em 03 de março de 2022.

Banco Central do Brasil. **Política monetária**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em 03 de março de 2022.

SCHWARTSMAN, Alexandre. **Economia no Cotidiano**. São Paulo. Contexto, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/sFKSX. Acesso em 05 de março de 2022.

FERREIRA, Marcelo. **Manual básico de análise econômica**. Livro Eletrônico. Curitiba: Editora Inter Saberes. 2019: Disponível em: encurtador.com.br/wBFGN. Acesso em 05 de março de 2022.

IZIDORO, Cleyton. **Economia e mercado**. 2ª Edição. Editora Casa de Ideias. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/nADQX. Acesso em 05 de março de 2022.

Banco Central do Brasil. **Preços administrados, Série Perguntas Mais Frequentes**, (2016). Disponível em: encurtador.com.br/nuBC4. Acesso em 03 de março de 2022.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado brasileiro de combustíveis: Reflexos na demanda de combustíveis, na oferta de derivados de petróleo, no setor de biocombustíveis, e análises sobre a arrecadação, (2020)**. Disponível em: encurtador.com.br/fizBI. Acesso em 03 de março de 2022.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, (2020). **Sustentabilidade: Agroenergia**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em 03 de março de 2022.

FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane Cristina; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Política monetária no Brasil em tempos de pandemia**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 42, p. 150-171, 2022. Disponível em: encurtador.com.br/wO689